

Utopia e leitura popular da bíblia. A presença da questão utópica na *Revista de Interpretação Bíblica Latino-americana – RIBLA (1988 - 2000)*

Lázaro Teixeira Trindade *

Resumo: O presente trabalho aborda a relação entre o paradigma utópico e a interpretação bíblica. Pretende-se examinar como este paradigma emerge na *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana (RIBLA)* entre os anos de 1988-2000. Para tal, (1) se apresentará o status quaestionis da relação entre Utopia e Teologia Latino-Americana. Depois, (2) explicitar-se-ão as recorrências do termo “utopia” nos textos da RIBLA (1988 - 2000). A partir disso, (3) se esboçarão as relevâncias e limites do paradigma utópico para a interpretação bíblica.

Palavras-chave: *Interpretação Bíblica; Utopia; RIBLA; Teologia da Libertação.*

INTRODUÇÃO

A América Latina e o Caribe celebram grandes marcos de sua caminhada eclesial em 2018. São cinquenta anos da original recepção do Vaticano II em Medellín, cinco anos do magistério do Papa Francisco e trinta anos da primeira publicação da *RIBLA: Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Essa última, marca a história da leitura popular da bíblia, um dos principais frutos do Vaticano II. Ela emerge da experiência de fé das comunidades imersas em alegrias, poesias, dores e *utopias*. Este trabalho versa sobre esta última categoria.

A adoção do paradigma utópico não é consenso na Teologia Latino-Americana. Para uns, ele é caminho para a esperança, para outros, rompe com a concepção de história do cristianismo assentada no evento Jesus-Cristo. Diante disso, no caso da reflexão bíblico-teológica, há lugar para o paradigma utópico? Para responder tal problemática, explicitar-se-á como a presença da questão utópica é assumida ou não pelos exegetas da *RIBLA*.

* PIBIC/FAPEMIG.

Para esta análise, considerar-se-ão os números da revista publicados entre os anos de 1988 e 2000. Antes, porém, será preciso explicitar (1) o *status quaestionis* da relação entre utopia e Teologia Latino-Americana da Libertação. Isso possibilitará contextualizar a leitura popular da bíblia no quadro de toda a reflexão teológica. De posse disso, será possível perceber, (2) por referências textuais, como os autores da *RIBLA* se posicionam quanto a esta questão e como eles se apropriam do paradigma utópico. Esta fenomenologia da utopia revelará (3) seu conteúdo e sua forma, bem como sua relevância e seus limites para a exegese bíblica. Enfim, perceber-se-á que a presença do paradigma utópico se faz determinante para a definição de uma abordagem exegética na América Latina.

1. UTOPIA E TEOLOGIA LATINO-AMERICANA DA LIBERTAÇÃO: STATUS QUAESTIONIS

O termo “utopia” se relaciona com a teologia desde sua formulação por Thomas Morus, em 1516. O autor titula com esse termo sua magna obra que antecede o contexto das controvérsias sacramentais envolvendo Henrique VIII, rei da Inglaterra. Desdobra-se disso o surgimento do anglicanismo (1534) e o martírio de Thomas Morus (1535). Porém, será no âmbito da Teologia da Libertação que o termo utopia ganhará densidade teológica.

A Teologia Latino-Americana busca captar a Revelação de Deus como força questionadora da realidade de opressão e morte presente nesse continente. Na busca de uma conceptualização adequada, os teólogos da libertação veem na *utopia* um instrumental de leitura dessa realidade. Ela emerge como uma força dinamizadora da práxis cristã e da transformação da sociedade. Este instrumental utópico é tomado da leitura marxista da história, que por sua eficácia, se mostrara uma categoria válida para o “ver” cristão.

A tensão entre utopia e teologia nasce dessa apropriação. Ela se insere na polêmica entre cristianismo e marxismo. A *Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”* (1984) marca a posição do Magistério sobre essa questão. Nesse documento não há menções explícitas ao termo “utopia”, porém, ele chama atenção para a apropriação acrítica do instrumental marxista. Este, reduz ao nível puramente imanente aspectos teologais fundamentais, como as virtudes:

Por conseguinte, a fé, a esperança e a caridade recebem um novo conteúdo: são ‘fidelidade à história’, ‘confiança no futuro’, ‘opção pelos pobres’. É o mesmo que dizer que são negadas em sua realidade teologal (SCDF, 1984, p. 29).

Seria a “confiança no futuro” a conversão de Esperança em utopia? Toda utopia é em última instância atea? A *Instrução* não deixa isso claro, porém, num comentário a esse documento, Lima Vaz (1984, p. 5-19) coloca a utopia como a maior expressão da tensão entre teologia e marxismo.

Eis aí presente a estrutura típica do discurso utópico, cuja homologia com o discurso mítico aparece evidente e que, do ponto de vista da teologia cristã da História, se mostra constitutivamente um discurso ateu, pois transfere para o próprio devir histórico na sua imanência o predicado divino da aseidade (o que existe e se explica exclusivamente a partir de si mesmo: *a se*). (LIMA VAZ, 1984, p. 10)

As ponderações de Lima Vaz não se limitam a afirmar uma apropriação acrítica do paradigma utópico-marxiano. Para ele, há uma incompatibilidade radical entre utopia e cristianismo (Ibid., p. 10). Uma teologia utópica, lançada sempre a um futuro, um “não-lugar”, renuncia a chave hermenêutica cristã pela qual se compreende a história: o *evento Cristo*. Deste “lugar” privilegiado, brota a leitura teológica da história. A teologia da história põe-se, para além da imanência, numa dialética entre história e meta-história, pela qual se pode perceber a ação salvífica de Deus no tempo, no espaço, na pessoa de Jesus de Nazaré.

Neste sentido, Lima Vaz critica o paradigma utópico em sua essência. Num *sentido estrito*, a utopia opera a tentativa de transformação radical da história e da sociedade sem sair da prisão espaço-temporal. Porém, para isso ela recorre ao discurso “mítico/ideal” negando as próprias limitações espaço-temporais, o que é contraditório (LIMA VAZ, 1984, p. 11). No sentido amplo, toda utopia existe como *ideia reguladora* e, por isso, não há condições históricas que implicarão em sua necessária realização. Ela é *não-realizável*, ou mais precisamente, a realização de uma utopia é a sua destruição. Ora, isso é o oposto do realizado *ainda não realizado* do cristianismo cujo termo implica na positividade radical: a *plenificação*.

Ora, segundo esta perspectiva, a Teologia Latino-Americana não pode adotar o paradigma utópico sem deixar de ser “Teologia”. Também em 1984, Hinkelammert opera uma crítica transcendental da utopia. Em *A Crítica da Razão Utópica* (1984), ele chama atenção para a “ingenuidade utópica”. Esta consiste, por um lado, em mascarar a dimensão irrealizável da utopia, e por outro, na tentativa de destruir as utopias ocultando uma série de ideologias incoerentes e totalitárias. Nesse sentido, tanto o pensamento socialista-marxista como o pensamento positivista-liberal incorrem na mesma ilusão: “dos progressos infinitos” da história (HINKELAMMERT, 1984, p. 321).

Por seu turno, Libanio publica em 1989 o livro *Utopia e Esperança Cristã*. Neste ano emblemático que anunciava o “fim da utopia socialista”, o teólogo demonstra que o paradigma utópico é algo constitutivo do homem (LIBANIO, 1989a, p. 92-100). A utopia é o analogado imanente da Esperança Cristã, ela é sua face histórica e, por isso, não fecha o ser humano à dimensão transcendente (Ibid., p. 104). Este paradigma perpassa toda a

história da humanidade e atinge o coração da Boa Nova Cristã: a utopia é uma mediação para o significado da ressurreição (Ibid., p 164).

Assim, o *status quaestionis* da relação utopia e Teologia da Libertação se insere na aporética entre história e meta-história. O paradigma utópico não é consenso na Teologia Latino-Americana. Enquanto alguns veem uma incompatibilidade radical entre pensamento utópico e teologia cristã, para outros ele é caminho para Esperança. Resguardando esta aporia, o intento agora é perceber isso na leitura popular da bíblia feita pela *RIBLA*. Diante disso, no caso da reflexão bíblico-teológica, há lugar para o paradigma utópico? A utopia contribui ou “cega” a reflexão exegética?

2. UTOPIA NA RIBLA (1988-2000): REFERÊNCIAS TEXTUAIS

A grande presença da semântica utópica na *RIBLA* demonstra que este lexema influencia profundamente a exegese Latino-Americana. O lexema utopia e semelhantes aparecem 424 vezes nos 37 números da revista entre os anos de 1988 e 2000. Contudo, não há um uso unívoco do termo “utopia”. Na *RIBLA* analisam-se dois tipos predominantes de artigos: (1) interpretação popular da bíblia e (2) atualidade pastoral. Além deles, (3) é preciso analisar o n. 24 da *RIBLA* (1996), dedicado exclusivamente ao tema da utopia.

2.1 UTOPIA NOS ARTIGOS DE INTERPRETAÇÃO BÍBLICA,

As principais referências da utopia aparecem na exegese de textos do Antigo Testamento (AT), de modo especial, da literatura profética. O anúncio e a denúncia profética são lidos em chave utópica: os profetas falam de uma realidade “no futuro” como instância crítica do presente de opressão e violência. É, por exemplo, o modo de interpretar as visões de Am 7,1 – 9,10 como “a utopia do campesinato que trabalha e produz” (SCHWANTES, 1988a, p. 90). O mesmo acontece com a exegese do livro do terceiro Isaías (Is 56-66):

Apesar da importância de Jerusalém não ocorre o mesmo com o Templo, que não interessa a Yahveh (Is 66,1-2), o Deus que habita no alto e com os esmagados e humilhados da terra (Is 57,15). O profeta critica os jejuns, que têm tanto peso no santuário pós-exílico (Is 58,1-12). Sua bela **utopia** nem sequer menciona o Templo (Is 65,15-25),

ênfatisa a vinda de uma vida longa e abundante (CHAVERRA, 1991, p. 34)¹.

O autor entende a imagem isaiana do “novo céu e nova terra” (Is 65,17) como uma utopia, possuindo, em sua construção, uma crítica do *status quo* do período pós-exílico. Disso, o autor dá o passo para a hermenêutica a partir da realidade Latino-Americana uma vez que “está na hora de apostar num *projeto alternativo* que inclua os interesses dos mais pobres” (Ibid., p. 42). Aqui a utopia, ou o projeto alternativo, é o elemento mediador entre a mensagem do profeta e a realidade deste continente.

Na exegese do Pentateuco, a utopia é usada na resolução de um problema histórico-crítico. Um caso exemplar consiste em saber se a Lei do Jubileu (Lv 25) foi realmente aplicada:

É evidente que esta lei não pode funcionar. Mesmo, os estudiosos afirmam que o Jubileu nunca foi realizado. Não há memórias, nos textos bíblicos e extras-bíblicos da aplicação desta lei. De certa forma, ela permaneceria como uma **utopia permanente** para questionar a opressão e a escravidão (GALLAZZI, 1999, p. 71)².

Assim, tal como a “ilha perfeita” de Morus, Lv formula a *lei perfeita*. Esta permanece sempre como horizonte que deve guiar a prática do povo de Israel. Diante da questão da inexistência de fatos históricos que provam o ano do jubileu e legitimidade desta lei em Lv, Gallazzi observa uma função narrativa da Lei e associa-a ao paradigma utópico. Isso é muito importante, uma vez que revela a utopia como uma espécie de *gênero literário*.

Esse tipo de abordagem volta muitas vezes nas demais análises de textos do AT. Nota-se, porém, uma ausência do paradigma utópico nos textos do bloco sapiencial. Há também uma comparação entre utopia e a apocalíptica veterotestamentária, principalmente com Dn 1 – 6 (HANS DE WIT, 1988, p. 45-47). Quanto aos escritos do Novo Testamento (NT), o termo utopia é recorrente na exegese do *Corpus Sinopticum*, do *Corpus Catholicum* (especialmente 1 e 2Pd) e do Ap. Há quase nenhuma recorrência na exegese dos escritos paulinos, bem como, do evangelho e das três cartas de João.

A ausência da utopia no *Corpus Paulinum* é sintomática, uma vez que ele é o que melhor desenvolve o tema da “esperança cristã”. Por seu turno, Jorge Pixley afirma que, na origem mesma do NT há uma força utópica, que é o Reinado de Deus assumido num movimento popular (PIXLEY, 1992, p. 130). Os autores associam “utopia” e “Reino de Deus”. A prática e a pregação de Jesus são vistas em chave utópica:

Mas, Jesus também apresenta propostas para o futuro: **sua utopia**. E isto ele o faz do seu presente, de sua própria experiência. As parábolas são a

¹ Tradução e grifos nossos.

² Tradução e grifos nossos.

expressão mais eloquente do presente de Jesus. E a práxis desse presente tornou-se **uma utopia** para os seus discípulos, e continua a **ser uma utopia**, após vinte séculos, para aqueles que continuam sonhando e trabalhando para uma nova sociedade e homem, sem a injustiça e o egoísmo que predominam na *sociedade de hoje* (GONZALO, 1994, p. 96)³.

Novamente, a utopia entra na semântica exegética tendo em vista a *atualização*. Fala-se do projeto de Jesus para o futuro como uma utopia, para em seguida associá-la com a práxis da “sociedade de hoje”. A utopia (proposta de Jesus para o futuro) emerge aqui como um **conteúdo**. Ela não é somente uma realidade do Jesus pré-Pascal. Para esses autores, também a ressurreição, enquanto *realização* da vida de Jesus, possui uma “dimensão como utopia humana” (CHAVERRA, 1994, p. 126).

É notável a relação entre utopia e resistência provinda da exegese da 1 e 2Pd. A utopia emerge como um conteúdo: a maneira de alimentar a esperança cristã em tempos de crise (RODRIGUEZ, 1992, p. 53). Aqui aparece um conceito fundamental: a *manutenção da utopia*. Significa garantir um espaço para a esperança escatológica, mantendo vivos, como utopia, os projetos intra-históricos de realização. Isso desemboca na resistência-crítica das comunidades implícitas de 1 e 2Pd, mas também, é inspiração para as comunidades Latino-Americanas.

Assim, “negar a utopia de uma sociedade nova é matar a possibilidade de resistência, anunciá-la é, ao contrário, negar o fracasso do Reino de Deus e pinçar a esperança construtiva dos cristãos”. (Ibid., p.54). Este parece ser o modo como a utopia emerge dos artigos exegéticos da RIBLA. É, ao mesmo tempo, *conteúdo* que assegura uma resistência crítica e *gênero literário* pelo qual se pode compreender a mensagem dos textos bíblicos. Esse primeiro aspecto será evidenciado nos textos de atualidade pastoral.

2.2 UTOPIA NOS ARTIGOS DE ATUALIDADE PASTORAL

Mesmo em menor número, os artigos de atualidade pastoral também se servem do paradigma utópico. De maneira geral, eles tomam a utopia como uma força que impulsiona a existência das comunidades latino-americanas e que as faz resistir. Falando da *opção pelos pobres*, Comblin afirma que a “utopia levanta energias ocultas que os pobres não quiseram entregar a seus dominadores” (COMBLIN, 1989, p. 41-42). A utopia é uma espécie de bem inalienável dos pobres, o que ainda os faz humanos, é sua dignidade (Ibid., p. 42).

Alguns autores resgatam a definição tradicional de utopia como “algo que não tem lugar aqui e agora” (PIMENTEL, 1998, p.82). Eles preferem usar esse vocábulo ao invés de *escatologia* porque a utopia ressalta “não o *depois*, mas a atual atitude de movimento

³ Tradução e grifos nossos.

para” (CROATTO, 2000, p. 26). A utopia ressalta a luta e a resistência do presente, por isso ela é enfatizada. É por isso que, ao falar das “lutas dos grupos e minorias”, a RIBLA costuma empregar o paradigma utópico.

O mesmo ocorre na análise dos 500 anos da colonização da América Latina. A *imaginação utópica* aparece como meio para projetar 500 anos melhores do que os já vividos (CROATTO, 1992, p. 48). Contudo, é interessante notar a ausência do paradigma utópico em artigos relativos à realidade econômica. Mais: quando usam o termo, os autores sempre tomam a utopia num sentido depreciativo. Isso ocorre, por um lado, porque eles tratam da “utopia capitalista”, isto é, o *mercado perfeito* e a *mão invisível* (MIGUÉZ, 1998, p. 6). Por outro lado, existe nesses textos a consciência de que “a vida plena não é uma utopia” (Ibid., o. 6). É essa força vital que permite criticar e propor empreendimentos, e não a utopia.

Assim, nos artigos de atualidade pastoral a tensão entre utopia, teologia e a realidade latino-americana fica mais evidente. No desenvolvimento histórico da RIBLA, o paradigma utópico vai aos poucos perdendo sua força crítico-revolucionária e assumindo um caráter de resistência. Isso se deve ao declínio das “grandes utopias” e a emergência de novas questões que a realidade demanda. Textualmente, o marco desta inflexão na RIBLA emerge no número 24 da revista publicado em 1996.

2.3 “REDIMENSIONANDO NOSSA UTOPIA”: RIBLA N. 24 (1996)

A RIBLA n. 24, intitulada *Por uma terra sem lágrima, redimensionando nossa utopia*, é inteiramente dedicada ao paradigma utópico. O título marca a intenção desse número: “redimensionar” a utopia. Logo no editorial, marca-se a relação entre utopia e esperança. A revista quer ir “das grandes utopias para as pequenas esperanças” (SCHWANTES, 1996, p. 205). Num tom saudosista, a revista lembra que o que a teologia operou na América Latina, por mais que pequeno, tem sua importância.

O *primeiro artigo* mostra como a utopia javista, marcada pelo ideal campesino, é aos poucos enterrada pela monarquia de Israel (ARANGO, 1996, p.7-16). Porém, mesmo em meio a opressão da monarquia, surge a nova utopia profética, agora marcada por um ideal mais universal. A utopia, “à medida que é pensada, sonhada e desejada, de alguma forma já tomou corpo” (Ibid., p. 8). A utopia emerge como um conteúdo que se encarna nas pequenas ações. Neste artigo, já se percebe a transição na compreensão de utopia: da grande revolução, para as pequenas transformações.

O *segundo e sexto artigos* condensam o núcleo da mensagem desse número. Eles articulam a relação entre grandeza-pequenez e utopia. O segundo artigo aborda as várias utopias messiânicas do profetismo, e como elas apresentam o messias como uma “criança”. A consciência da pequenez do grande Messias mostra que “nenhuma utopia salvadora pode ser absolutizada, é preciso sempre resguardar um nascimento, dores de parto, de ver o mundo pela primeira vez” (PEREIRA, 1996, p. 24). Esta perspectiva

“relativiza” o núcleo duro da utopia e a coloca em diálogo com outras visões de mundo. Neste sentido, o sexto artigo opera uma autocrítica da exegese utópica. Como afirma Francisco Archila (1996, p. 57):

Isto é possível se fizermos o esforço para superar a racionalidade inspirada pelas hermenêuticas e pelos métodos de exegese a que nos acostumamos. É preciso reconhecer, por um lado, a relatividade, a limitação e a incapacidade e o esgotamento dos paradigmas racionalistas (visão lógica, conceitual, objetivista) e a maneira como estes influíram na compreensão que temos da realidade, de nós mesmos e das utopias.

O problema para o autor não é a influência do paradigma utópico, mas sim sua racionalização. Esta gera as utopias capitalistas e socialistas. A proposta do autor é entender a utopia dentro de um paradigma mais simbólico e mítico: “que faça justiça àquelas dimensões profundas do ser humano (como é o caso dos horizontes utópicos)” (Ibid., p. 57). Para Archila, esse novo paradigma consiste em redescobrir o valor das culturas populares da América Latina. Por meio delas é que se pode atingir o simbólico bíblico como dinamizador de utopias (Ibid., p. 58).

A partir dessa constatação, o autor opera uma exegese sócio-simbólica de Mc 10,13-16, em que o “tornar-se criança para entrar no Reino de Deus” torna-se uma utopia para novas configurações sociais e pessoais (Ibid., p. 59). Note-se que aqui não é a utopia que gera a interpretação, mas a interpretação simbólica que revela uma “utopia”: da inclusão das crianças, mulheres e estrangeiros no Reino e na comunidade. Mais uma vez, a utopia emerge como um gênero literário.

Os demais artigos do volume 24 da RIBLA também versam sobre utopia. De maneira geral, eles insistem no caráter da pequenez das utopias ao mesmo tempo em que ressaltam sua força transformadora. Seja na dinâmica profética de Jeremias e do Dêutero-Isaías (artigos 3 e 4), seja no sentido utópico dos sonhos interrompidos do Ap (artigo 8). Eles seguem a mesma dinâmica dos artigos de interpretação bíblica dos demais volumes, porém, acentuando o caráter frágil da dimensão utópica. Essa, pode ser interrompida ou suprimida a qualquer momento.

Assim, as principais referências textuais na RIBLA destacam a utopia, seja como forma ou como conteúdo da exegese. Como conteúdo, destaca-se a dimensão de resistência-crítica das utopias bíblicas e analogamente da realidade Latino-Americana. Formalmente, a utopia emerge como um gênero literário. Porém, conteúdo e forma devem passar por uma autocrítica da utopia, caminhando sempre mais para seu caráter simbólico-mítico. A partir destas descobertas, esboçar-se-á, de forma sistemática, as relevâncias e limites do paradigma utópico na RIBLA.

3. UTOPIA E LEITURA POPULAR DA BÍBLIA: RELEVÂNCIAS E LIMITES

A presença do paradigma utópico se faz determinante na leitura popular da bíblia que advém da *RIBLA*. Num esboço de sistematização, pode-se perceber que o uso da utopia ocorre ora como conteúdo ora como forma. Dito de outro modo, é preciso entender as consequências da utopia (1) como força dinamizadora de resistência-crítica e (2) como gênero literário. A partir dessas categorias se delinearão as relevâncias e limites da questão utópica.

3.1 UTOPIA COMO CONTEÚDO: FORÇA DINAMIZADORA DE RESISTÊNCIA-CRÍTICA

Como conteúdo, a utopia é o lugar de onde deve partir a interpretação bíblica latino-americana (SCHWANTES, 1988b, p. 5). Ela diz respeito ao projeto do *povo* desse continente que anseia por uma existência mais humana e digna: só assim pode haver uma leitura “popular” da bíblia. Ao mesmo tempo, a utopia é a realidade para onde tende a interpretação bíblica ou a realidade que esta interpretação projeta. Deste modo, interpreta-se a bíblia para mudar a realidade de injustiça.

A utopia emerge como um *para onde* as comunidades devem se mover. O próprio coração da fé cristã, a ressurreição, “está no horizonte como força de utopia que impele os povos a continuar lutando” (RAMIREZ, 1988, p. 59-60). Como conteúdo, a utopia é força que movimenta o agir, tanto nos textos bíblicos quanto nas comunidades. Essa força motriz torna-se na exegese da *RIBLA* uma mediação hermenêutica imprescindível. Renunciar a utopia implica abandonar qualquer tentativa de transformação histórica.

Contudo, essa transformação não ocorre de imediato, principalmente num continente onde impera a força da opressão. Logo, além de força motriz, a utopia torna aqueles que a assumem mais “resistentes”. Isso em dois sentidos: (1) resistentes contra a opressão e (2) resistentes para não serem destruídos pela injustiça. Nesse sentido, a utopia, além de projeto histórico, se converte em *espiritualidade*. É uma crítica pelo modo de viver, ou melhor, de sonhar. Por meio dela, o exegeta consegue captar o espírito da mensagem evangélica de libertação.

Enquanto conteúdo, a utopia é *relevante* porque serve de mediação hermenêutica para a leitura popular da bíblia. Ela vivifica o Espírito da Palavra de Deus e a mantém atual: aqui, o círculo hermenêutico é eminentemente utópico. Ele sinaliza uma utopia dos povos bíblicos, ou do Evangelho. Essa utopia é análoga à utopia do povo. A partir disso se pode adentrar no mundo bíblico para a transformação da realidade pelo texto interpretado. Os textos bíblicos alimentam a imaginação utópica fazendo com que, em

contextos de crise, as comunidades possam gerar novas utopias e novos projetos de resistência (RICHARD, 1988, p. 15).

Entretanto, isso revela um limite, pois já não se sabe mais quem exerce a mediação: é a utopia ou a bíblia? Se a utopia é conteúdo da exegese, corre-se o risco de encerrar toda a mensagem da Palavra de Deus no horizonte da história. Mais: há uma séria possibilidade de instrumentalização da bíblia. Com isso, uma exegese utópica deverá se confrontar com a negatividade inexorável no final das utopias. Há sempre uma dimensão “im-possível”, e o que se “espera” da ação de Deus na história é a consumação.

Dizer, por exemplo, que o Reino de Deus é uma utopia não é assegurar a dimensão do *já* e do *ainda não*. Ao contrário, é dizer que não existe o *já*, mas que se é preciso sonhar com o *ainda não*. Assim, a utopia enquanto conteúdo torna-se força dinamizadora para o nada. Ela se converte numa resistência pela resistência. Se somente um conteúdo, a utopia não foge da “armadilha racionalista”. Por isso, é preciso adentrar no seu sentido mais original: a utopia é um gênero literário.

3.2 UTOPIA COMO FORMA: UM GÊNERO LITERÁRIO

A utopia não nasce como um conteúdo ou uma realidade que suscita a transformação da sociedade. Sua origem é o campo literário-narrativo tais quais os textos bíblicos. A partir disso, pode-se falar não de uma “utopia isaiana”, ou da “utopia de Jesus”, mas sim de uma realidade anunciada por Isaías ou Jesus que no texto bíblico é estruturada ao modo de um relato utópico. Tal como existem “parábolas”, “visões”, “oráculos”, “epifanias”, etc., existem as “utopias”: uma estratégia narrativa pela qual se compara uma realidade atual com uma realidade melhor construída imaginativamente.

Nesse sentido, pode-se compreender porque Archila insiste numa exegese mais simbólica e mítica (ARCHILA, 1996, p. 58). A bíblia não fala de Deus por argumentos e nem por um projeto histórico bem delimitado. A bíblia *narra* a ação de Deus na história na única linguagem que o ser humano é capaz de compreender: a linguagem humana. Ora, se a utopia tem uma raiz antropológica, ela é um meio válido para a comunicação de Deus. Nesse sentido a “utopia não é a face secular da Esperança cristã” (LIBANIO, 1989b, p. 181), ela é um dos meios pelos quais a Esperança Cristã pode se narrar.

Isso é relevante por dois motivos: primeiro, a utopia não é mais um caminhar para “o nada”. Ela é imagem-linguagem de uma realidade maior, a esperança. Depois, porque, não sendo conteúdo, ela abre espaço para que o exegeta possa perscrutar o sentido mais original dos textos bíblicos. Aqui, e somente aqui, a utopia é um instrumental para a interpretação popular da bíblia. Ao mesmo tempo, ela é um instrumental para interpretar a própria realidade Latino-Americana em seus mitos e símbolos fundantes.

Da mesma forma, podem-se destacar três limites. Primeiramente, é difícil estabelecer um método para distinguir a utopia em conteúdo e forma. Há sempre o risco de uma “apropriação apressada”. O segundo, e mais pertinente, implica que: se a utopia é

um gênero literário, nem todos os textos bíblicos são textos utópicos. Isso explicaria alguns blocos bíblicos que não são relacionados com o paradigma utópico na *RIBLA*. Por último, podem existir gêneros literários semelhantes à utopia e que são exegeticamente mais interessantes. Seria, por exemplo, o caso do gênero “apocalíptico”.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A presença do paradigma utópico se faz determinante para a definição de uma abordagem exegetica na América Latina. A “utopia” não é somente algo acrescentado desde fora da interpretação bíblica. Há na exegese da *RIBLA* um momento utópico, seja como força dinamizadora de resistência (conteúdo) seja como gênero literário (forma). Isso ilumina muitas questões teóricas e práticas da interpretação popular da bíblia. Porém, a utopia limita o campo das soluções exegeticas ao nível de um nada realizável.

Assim, entre limites e relevâncias, tanto a utopia como força dinamizadora de resistência como a utopia *gênero literário* não estão privadas de um processo de autocrítica. Mesmo que não haja uma incompatibilidade radical entre utopia e cristianismo, cabe ao exegeta utópico explicitar bem seus pressupostos e assumi-los de forma consciente e consequente. Nestes trinta anos da publicação da *RIBLA*, nota-se a importância da leitura popular da bíblia. É preciso, porém, “redimensioná-la” às novas questões que brotam da atual situação Latino-Americana e da força iluminadora da Palavra de Deus.

REFERÊNCIAS

- ARANGO, José Roberto. A utopia enterrada: negação do ideal social na monarquia de Israel. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal. n. 24, p. 7-17, 1996/2.
- ARCHILA, Francisco R. Voltar a ser crianças, uma bela utopia. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal. n. 24, p. 53-70, 1996/2.
- CHAVERRA, Neftalí V. Reconstrucción e identidade: la alternativa de Esdras. *Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana RIBLA*. Quito, RECU; DEI, n. 9, p. 29-43, 1991.
- _____. Jesucristo “rescate por muchos”. *Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana RIBLA*. San Jose, DEI, n. 18, p. 117-133, 1994.
- COMBLIN, José. Os pobres como sujeito da história. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal. n. 3, p. 36-49. 1989.

CROATTO, José. La destrucción de los símbolos de los dominados. *Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana RIBLA*. San Jose, Rebut; DEI, n. 11, p. 37-49, 1992.

_____. De la alianza rota (Sinaí) a la alianza nueva y eterna: Jeremías 11-20 + 30-33. *Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana RIBLA*. Quito, RECU; DEI, n. 35-36, 87-97, 2000.

DE WIT, HANS. Quem é o Deus que tem o poder de vos libertar das minhas mãos? Relendo Daniel 3. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal. n. 2, p. 29-48, 1988/2.

GALLAZZI, Sandro. Jubileo ¡Aquí y ahora!. *Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana RIBLA*. Quito, RECU; DEI, n. 33, p. 61-76, 1999.

GUERRERO, G. Solidaridad, golezco y parábola. *Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana RIBLA*. San Jose, DEI, n. 18, p. 87-111, 1994.

HINKELAMMERT, Franz. *Crítica a la razón utópica*. San José: DEI, 1984.

LIBANIO, João B. *Utopia e Esperança Cristã: a esperança não engana (Rm 5,5)*. São Paulo: Loyola. 1989a. (Fé e Realidade 26).

_____. Utopia e esperança cristã. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte. v. 21, n. 54, p. 179-197, maio/ago., 1989b.

LIMA VAZ, H. C. Cristianismo e pensamento utópico: a propósito da teologia da libertação. *Síntese Nova Fase*. Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 5-19, set./dez. 1984.

MIGUÉZ, Néstor. Presentación. *Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana RIBLA*. Quito, RECU; DEI, n. 30, p. 5-8, 1998.

PEREIRA, Nancy. O messias precisa sempre ser criança. *Revista de Interpretação Bíblica-Latino Americana*. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal. n. 24, p. 18-26, 1996/2.

PIMENTEL, F. Codicia, resistencia y proyecto alternativo: un acercamiento socio-lingüístico y actualizante a la Carta de Santiago. *Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana RIBLA*. Quito, RECU; DEI, n. 31, p. 68-85, 1998.

PIXLEY, J. Las Escrituras no tienen dueño: son también para las víctimas. *Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana RIBLA*. San Jose, Rebut; DEI, n. 11, p. 123-132, 1992.

RAMIREZ, D. Violência e testemunho profético (Evangelho de Marcos). *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal. n. 2, p. 57-88, 1988/2.

RICHARD, P. Leitura popular da bíblia na América Latina. *Revista de Interpretação Bíblica-Latino Americana*. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal. n. 1, p. 8-25, 1988.

RODRIGUEZ, R. Esperen el día de la llegada de Dios y hagan lo posible por apresurarla: 2 Pe. 3, 12. *Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana RIBLA*. San Jose, Rebut; DEI, n. 13, p. 45-56, 1992.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre alguns aspectos da "Teologia da Libertação"*. Petrópolis: Vozes, 1984. (Documentos Pontifícios 203).

SCHWANTES, Milton. Jacó é pequeno (visões em Am 7 – 9). *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal. n. 1, p. 81-92, 1988a.
_____. Apresentação. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal. n. 1, p. 5-6, 1988b.
_____. Editorial. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal. n. 24, p. 5-6, 1996/2.